

197

ACESSO À JUSTIÇA A PARTIR DE UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA EFICÁCIA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. *Ane Caroline Nascimento, Angela Araújo da Silveira Espindola (orient.)* (UNIFRA).

Partindo de uma leitura não apenas jurídica, mas também sociológica, foi feita uma análise quanto a atual situação do Poder Judiciário, buscando introduzir uma alternativa para a agilização da prestação jurisdicional, pois o que se visa obter são modificações em nosso aparelho judiciário, enrijecido pelo tempo e distante da evolução social. A metodologia de abordagem empregada no presente trabalho foi a dialética e a de procedimento foi a funcionalista, adotando-se, ainda, a técnica de pesquisa bibliográfica, tendo como fontes a doutrina e a jurisprudência nacional. No atual estágio desta pesquisa, constatou-se que, dentre os fatores que obstam o pleno desenvolvimento das funções jurisdicionais, estão o número elevado de ações ajuizadas anualmente, acrescidas aos resíduos de processos, colidindo com o número de magistrados, afora a dificuldade de romper com o paradigma individual-normativista e a ambigüidade da legislação constitucional. Ainda, foi possível detectar o desgaste deste organismo estatal junto à população, e ao mesmo tempo, um desgaste funcional interno requerendo, com urgência, uma reforma institucional, além de uma reforma de pensamento, provocando uma conscientização sociológica por parte dos operadores do direito. A morosidade frustra o fim destinado ao Poder Judiciário. Há que ser ultrapassado o conhecimento meramente dogmático-legalista.. Contudo, quiçá com profundas alterações organizacionais, bem como na lei, se poderá dispor do fim almejado quando da Tripartição dos Poderes por Montesquieu, contribuindo para a transformação da sociedade em uma convivência justa e harmoniosa, não só com o pleno acesso à justiça, mas o acesso a uma justiça eficaz, sob a égide da Democracia avançada entre os cidadãos e o Estado.